

A construção do convencimento: Júlio Mesquita e os Boletins de Guerra do jornal *O Estado de S. Paulo* (1914-1918)

Teresa MALATIAN*

Resumo: O debate sobre política e exclusão tem como um de seus direcionamentos a abordagem da imprensa e de seu poder de atuar exercendo persuasão e criando consensos/dissensos. Os momentos de conflitos internacionais são particularmente propícios aos jornais na manipulação de informações e controle de mensagens que predisõem à mobilização. Neste artigo, pretende-se abordar o jornal *O Estado de S. Paulo*, durante a Primeira Guerra Mundial, com destaque para os textos escritos por Júlio Mesquita em favor do posicionamento do Brasil junto aos Aliados, bem como sua contrapartida: a demonização da Alemanha e dos alemães como agentes destruidores da civilização.

Palavras-chave: Primeira Guerra Mundial. Júlio Mesquita. Cultura Política. Imprensa. Intelectuais.

The construction of persuasion: Julio Mesquita and the War Bulletins in the newspaper *O Estado de S. Paulo* (1914-1918)

Abstract: The debate surrounding politics and exclusion encompasses the approach of the press, and its power to persuade and create consensus or dissent. Instances of international conflict are particularly conducive to the manipulation of information and control of messages, which can in turn prompt mobilization. This paper examines publications of *O Estado de Sao Paulo* during World War I, focusing on texts written by Júlio Mesquita which supported Brazil's positive stance toward the Allies, and conversely, the demonization of Germany and portrayal of Germans as destructive agents of civilization.

Keywords: World War I. Júlio Mesquita. Political Culture. Press. Intellectuals.

Longe dos países em luta, documentado apenas pelos telegramas e pelos jornais, sem um técnico a quem submeter as suas dúvidas de profano em assuntos militares, aquele jornalista conseguiu, entretanto, guiado apenas pela sua inteligência luminosa e pelos ensinamentos bebidos na familiaridade, antiga e discreta, que mantém com os livros de história e de sociologia, produzir uma série de artigos admiráveis” (MESQUITA, 2002f, p. 34).

* Professor Titular - Departamento de História, colaboradora voluntária do Programa de Pós-graduação em História - Faculdade de História, Direito e Serviço Social - UNESP - Univ. Estadual Paulista, Campus de Franca - Av. Eufrásia Monteiro Petraglia, 900, CEP: 14409-160, Franca, São Paulo, Brasil. E-mail: tmalatian@uol.com.br; tmtmalatian@uol.com; bralatian@uol.com.br

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918), pelas dimensões e repercussões que alcançou, constitui tema de grande relevância para a historiografia. Originada nas rivalidades entre nações europeias, a guerra significou um momento de crise do capitalismo, implicou a falência da Segunda Internacional quanto ao universalismo socialista, com o triunfo da nação sobre a classe, porém, de outro lado, foi em seu bojo que se deu a derrocada do regime czarista na Rússia, com a revolução de 1917 (FURET, 1995).

O conflito passou aos registros da História como um dos mais sangrentos do século XX. Iniciado no apogeu de um período de corrida às armas, motivado por rivalidades econômicas, políticas e sociais, pode ser considerado o ponto culminante das tensões geradas na disputa pelo controle dos impérios coloniais e da hegemonia na Europa. Do ponto de vista da política interna europeia, o militarismo crescente na Europa Central e Oriental preparava, em tempos de paz, as condições para a guerra que colocou frente a frente dois blocos, o dos países ditos *Aliados* (Inglaterra, França, Itália e Rússia) contra os *Impérios Centrais* da Alemanha e Áustria-Hungria, aos quais se juntou o Império Otomano.

Assim como a França, todas as potências europeias se prepararam para a guerra e elaboraram planos militares secretos. O Plano XVII traduzia a paz armada na França e havia sido elaborado por Joffre, chefe do Estado-Maior francês já em 1911, prevendo o uso do 5º Exército para barrar possível avanço alemão pelo norte da Bélgica. A França contava ainda com a mobilização de seus Aliados – russos e britânicos – e, entre eles, desde 1911, fora acordado que, em caso de invasão alemã na Bélgica, haveria deslocamento de uma força expedicionária britânica para seu território. Era, sobretudo, um “plano defensivo” perante a ameaça que viria do leste.

Quanto ao Império Alemão, retomara as aspirações frustradas desde 1871 e com elas foi elaborado o plano do general Schlieffen, ao longo da primeira década do século XX. Previa o esmagamento da França mediante uma ação fulminante em duas linhas que passariam pelo norte do país e pela Alsácia-Lorena, atravessando a Bélgica para alcançar rapidamente Paris. Uma guerra de curta duração imporá um ritmo de avanço das tropas em doze milhas diárias e o deslocamento de enormes contingentes de soldados.

A mobilização da França para a Grande Guerra teve início, oficialmente, em 2 de agosto de 1914, na sequência da declaração de guerra à Sérvia e à Rússia pela Alemanha. No dia seguinte, a Alemanha lançou ultimato à Bélgica, anunciando sua intenção de atravessá-la para alcançar a França, a quem declarava guerra pretextando violação de seu espaço aéreo pela aeronáutica francesa. Em 4 de agosto, o conflito começou e nesse mesmo dia a Grã-Bretanha também declarou guerra à Alemanha e ao Império Austro-Húngaro, seu aliado.

Persistem ainda hoje, na Europa e em especial na França, os debates historiográficos em torno do significado do conflito e do envolvimento da população nas operações militares. Mais especificamente, as interpretações ultrapassaram as abordagens tradicionais da guerra, que envolvem a diplomacia e os interesses econômicos, para privilegiar a vertente da história cultural, de modo a configurar uma cultura da guerra, que centraliza as atenções dos historiadores nas “vivências íntimas dos combatentes”, imbricada com a difusão de “messianismo patriótico, ódio ao inimigo, espírito de cruzada”. Dessa revisão historiográfica faz parte o tema explosivo do “consentimento” dos combatentes em participar da carnificina. Tema que divide em campos opostos os que consentiram e os que resistiram, gerando reflexões inovadoras nesta “batalha historiográfica” (BIRNBAUM, 2006, p.10).

O tema da cultura da guerra coloca em destaque o papel das elites, dos políticos e dos formadores de opinião que mobilizaram o ódio ao inimigo, o espírito de cruzada e a missão que a cada um dos lados envolvidos no conflito cabia desempenhar para a salvação nacional. Essa mesma constatação, feita com menor intenção de ajuste de contas, já havia sido iniciada décadas atrás. Assim, Peter Gay afirma que, durante o conflito, o predomínio do sentimento nacional mobilizou e revelou os “insuspeitados reservatórios de ódio”, no alistamento voluntário, nas manifestações xenófobas e pacifistas, no chauvinismo com que cada um dos lados acusava o oponente de bárbaro (GAY, 1995, p. 516).

O discurso dominante, em ambos os lados, recorreu a representações que se cristalizaram e foram utilizadas ao longo do conflito pelos contemporâneos, tais como a exaltação do sacrifício, a idealização das condições de vida na frente de batalha e a demonização dos inimigos. Produzido por indivíduos e instituições, como o exército, os políticos, as autoridades religiosas, esse discurso difundiu-se amplamente desde o início da guerra por meio da imprensa, do cinema e dos cartazes. É importante frisar que esse discurso ultrapassou a mera intenção propagandista, utilitária, mas foi também portador de convicções intensas e historicamente arraigadas. Teve recepção mais ampla que as fronteiras do território em guerra para alcançar do outro lado do Atlântico os que se sentiram tocados por seus apelos, que o receberam e dele se apropriaram de modo peculiar.

O que não exclui, evidentemente, a prática das informações e notícias falsas que circulavam com o objetivo de manter o otimismo, de ambos os lados envolvidos no conflito. A censura e a autocensura constituíram procedimentos básicos nestas batalhas de informações que excluía as “más notícias” do campo de visibilidade dos envolvidos e seus aliados (FERRO, 1992, p. 190).

Nesse contexto, a imprensa desempenhou papel fundamental, seja pela veiculação de notícias, seja pela expressão de posicionamentos diversos que mobilizaram a opinião pública entre os adeptos dos “Aliados” e dos “alemães”, sem que se possa esquecer os

pacifistas, também identificados como neutralistas. Pode-se afirmar que a vitória do nacionalismo militante foi precedida e acompanhada pela gigantesca rede de propaganda destinada à exaltação dos ânimos, alimentada por intelectuais em diversos veículos, sendo a imprensa um recurso decisivo para a mobilização de indivíduos e Estados no esforço beligerante.

Se os alemães desqualificavam a Rússia primitiva, a França decadente e a pérfida Albion, em troca, recebiam adjetivos que os identificavam como hunos, bárbaros destruidores da civilização europeia. Além da supremacia política, econômica e militar, estava em jogo a “kultur”, que fundamentava o nacionalismo alemão construído sobre a concepção da superioridade de um povo capaz de expressar nos campos literário, filosófico, artístico, científico, realizações superiores às francesas.

Um e outro lado – Aliados e Impérios Centrais – basearam seus argumentos em três pontos principais, a saber: “a causa defendida era justa, a derrota levaria ao triunfo do Mal, a vitória era certa” (FERRO, 1992, p. 186).

O Brasil e a guerra

No início do conflito, o governo brasileiro manteve uma atitude de neutralidade explícita. Mas no decorrer dos anos da longa guerra, esta posição modificou-se em resposta às pressões de segmentos da sociedade, ademais respaldados pela comoção causada pelo afundamento de navios mercantes brasileiros pelos alemães. A mobilização de intelectuais de grande projeção foi decisiva para a formação de uma corrente de opinião favorável à entrada do Brasil na guerra, unindo forças aos Aliados. Pressionado pela onda de protestos populares e pelos Estados Unidos, interessados em obter um ponto de apoio para sua esquadra no norte e no nordeste do país, o governo reconheceu, em 27 de outubro de 1917, o estado de beligerância contra o Império Alemão. Essa participação implicou o envio de alimentos e matérias-primas aos Aliados, além de apoio estratégico. Não significou, porém, imediato envio de efetivos brasileiros. Dois cruzadores, quatro destróieres, um cruzador-auxiliar e um rebocador de alto-mar, enviados para patrulhar a costa africana e a região de Gibraltar, só alcançariam seu destino um dia depois do armistício de Compiègne, em 11 de novembro de 1918.

Assim é que, se o conflito não chegou ao engajamento pelas armas, não deixou, porém, de envolver a sociedade e principalmente dividiu opiniões dos intelectuais entre os dois campos em disputa, até a entrada do país no conflito ao lado dos Aliados. Os compromissos econômicos com a Inglaterra e a entrada dos Estados Unidos no conflito decidiram o posicionamento do Brasil, mas desde o início das hostilidades aliadófilos, germanófilos e também os neutralistas pegaram a pena para defender suas simpatias e a

imprensa veiculou esse debate. A polêmica sobre as causas da guerra e o acerto de cada um dos lados envolvidos mobilizaram os intelectuais brasileiros, que se agruparam segundo o campo escolhido em aliadófilos e germanófilos. Entre os primeiros, Olavo Bilac, Rui Barbosa, Manuel Bonfim. Entre os defensores da Alemanha, Oliveira Lima e José Veríssimo, ambos admiradores da cultura alemã.

Os discursos de Olavo Bilac desempenharam importante papel na formação da Liga da Defesa Nacional, em 7 de setembro de 1916, que discutia o papel e a constituição do Exército no Brasil, em onda nacionalista que ecoava no Congresso o clima político internacional além dos conflitos internos do confronto com os sertanejos do contestado (1912-1916) e colocava na pauta das discussões o papel das forças armadas no Brasil.

Um dos componentes desse quadro consistiu na encomenda de armas que o exército fizera à Alemanha, às vésperas da Guerra, as quais nunca aqui chegaram em decorrência do bloqueio britânico.

O perigo germânico

Desde o final do século XIX, com o crescente contingente de imigrantes alemães que se fixaram no sul do país, a questão do “perigo germânico” ou “tedesco” colocara-se no horizonte de representações nacionalistas que tinham como referente, de um lado, o nacionalismo e, de outro, pela necessidade de identificação de um inimigo interno, a presença desse grupo étnico e sua cultura. De fato, os imigrantes de origem alemã e seus descendentes defendiam uma cultura da germanidade (*Deutschum*) que se traduzia pelo uso do idioma alemão nas colônias de frentes pioneiras rio-grandenses, catarinenses e paranaenses. Com o cimento do cultivo da língua e outros elementos culturais, a identidade teuto-brasileira foi construída durante a Primeira República.

Contra essa configuração de uma cultura de conotações regionais, o movimento reativo foi forte e cresceu, sobretudo por ocasião da guerra. A defesa de uma identidade nacional e o combate aos “quistos étnicos” se amparavam da denúncia do imperialismo germânico a se estender ameaçadoramente sobre territórios do sul do Brasil que, suspeitava-se, poderiam até vir a se tornar áreas de dominação direta por parte do Império Alemão. Entre os defensores da tese do “perigo alemão” destacou-se Silvio Romero, que apesar de simpático aos povos arianos, denunciava a ameaça de tão grande desenvolvimento das colônias alemãs na região. Suas críticas anunciaram-se muito antes da guerra, em 1906, e mais precisamente, sistematizou-as no opúsculo *O alemunismo no sul do Brasil*, no qual, além de salientar a relevante posição da Alemanha como potência mundial, estabeleceu conexões entre a pátria de origem, sua expansão mundial e seus representantes/súditos no Brasil (ROMERO, 1906).

A contrapartida desta corrente de opinião era a defesa da continuidade da aproximação com a França, aliás, tendência relevante e que vinha de longa tradição. A permeabilidade à cultura francesa caracterizava grande parte dos membros da classe dominante e dos intelectuais brasileiros, como a historiografia tem sobejamente demonstrado.

Por outro lado, é preciso não esquecer que houve também uma corrente germanófila no período, como ocorreu com Tobias Barreto (1839-1889), que inicialmente imerso no francesismo do século XIX acabou realizando uma virada para o campo oposto, com o resultado da Guerra Franco Prussiana em 1870, passando a estudar o idioma alemão para melhor compreender a cultura dos vencedores. Membro da chamada Escola do Recife, procurou estimular um movimento de rotação dos intelectuais para a cultura alemã. Ele e os que enveredaram pelo caminho da germanofilia denunciaram a corrente francófila como um cancro a ser extirpado do Brasil. Como sugestivamente (parafraseando Heine) afirmara Tobias Barreto, passara o tempo em que o galo francês cantava e até na Alemanha tornava-se dia.

No decorrer da Primeira República, à medida que as potências europeias armavam-se e elaboravam planos defensivo-ofensivos para a guerra que se anunciava, outro fator relevante ocorria aqui no Brasil, configurando um contexto complexo das relações com a Alemanha. Desde 1908, o ministro da guerra – Hermes da Fonseca – desenvolvia um programa de modernização do exército brasileiro, com a participação do exército alemão. Reestruturação do Exército, manobras espetaculares e treinamento de oficiais na Alemanha marcaram sua gestão à frente da pasta (1906-1909). A polêmica lei do serviço militar obrigatório, que conseguiu aprovar pelo Senado em 1908, constituía parte desta estratégia de formação de um exército capaz de mobilizar-se rapidamente com soldados treinados segundo o modelo alemão, que admirava. O envio de missões militares brasileiras à Alemanha, entre 1908 e 1909, visava formar oficiais para que implementassem nova estrutura do Exército e repercutia a política expansiva em relação aos países vizinhos levada a efeito por Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores. Esteve em visita à Alemanha em setembro de 1908, a convite do imperador Guilherme II, para assistir à parada militar anual de Tempelhof, como parte da pauta de cooperação militar que estabelecera durante sua gestão. Como ministro da guerra, o marechal atuara convicto da necessidade de exército bem organizado, com um corpo de oficiais profissionalmente treinados, encarregados da educação de soldados e da incorporação dos jovens ao serviço militar obrigatório. Tratava-se de um jogo complexo, pois, enquanto o ministro se aproximava do Exército alemão, o governo do Estado de São Paulo desenvolvia na Força Pública política de interação com a França. Em todas as ocasiões, persistia a meta da modernização do país na expectativa de que o Exército se tornaria sua força propulsora.

A Guerra

O jornal *O Estado de S. Paulo* inseriu-se na polêmica tanto pelos seus editoriais como pelos articulistas e correspondentes, os quais criaram um espaço de discussões apaixonadas. Os dois campos enfrentaram-se nas páginas do diário em posições bastante demarcadas e tradutoras da divisão de opiniões que expressavam a complexidade do conflito e seus desdobramentos.

Entre os jornalistas envolvidos, Júlio Mesquita (Júlio César Ferreira de Mesquita, 1862-1927) destacou-se pela posição de redator do jornal e por catalisar o debate em prol dos Aliados, publicando artigos semanais, com o título de *Boletim da Guerra*. “Francófilo ardente, formado na cultura europeia, estava tão envolvido no drama de 1914 como qualquer habitante do Velho continente”, ingressara no jornalismo profissional em *A Província de S. Paulo* (1888), porta-voz do Partido Republicano Paulista. Sob sua direção, houve grande crescimento do periódico que, com o advento da República, passou a ser denominado *O Estado de S. Paulo*, do qual Mesquita se tornou proprietário (LAPOUGE, 2002, p. 15).

De origem portuguesa pelo lado paterno, Júlio Mesquita formou-se no ambiente republicano de Campinas, sua cidade natal, estudou no colégio Culto à Ciência, onde recebeu lições de história do professor Francisco Rangel Pestana, primeiro diretor de redação do jornal e desenvolveu a paixão pela política desde os tempos da propaganda republicana. Logo após sua formatura em Direito, casou-se com Lucila Cerqueira César, filha do acionista do jornal e líder republicano, José Alves Cerqueira César.

Exerceu jornalismo partidário desde o início de seu trabalho em *A Província de S. Paulo* e ocupou cargos políticos na República: secretário do primeiro governo republicano em São Paulo, deputado estadual, federal e senador. Conciliou jornalismo e política partidária mediante o expediente da ausência de assinatura em seus artigos.

Ao estourar a guerra, recuperava-se de enfermidade e aos 52 anos de idade dirigia um jornal que ocupava posição de liderança nos meios de comunicação no Brasil, empenhado em campanha pela verdade eleitoral e que logo foi atingido por dois graves problemas: o aumento do custo do papel e a diminuição da publicidade paga, em decorrência das posições assumidas.

Em seu Boletim semanal expressou adesão aos Aliados, desde o início do conflito, mantendo esta posição firmemente até o seu final, apesar das reações que despertou entre os alemães e seus descendentes residentes no Brasil. Os artigos que escreveu no período foram reunidos parcialmente em volume em 1920 e republicados na íntegra em 2002.

Os Boletins de guerra

A publicação dos Boletins teve início em 6 de agosto de 1914, com a notícia da invasão da França e da Bélgica pelos alemães, quando a posição de Júlio Mesquita já estava definida: defesa da causa da democracia contra o militarismo, decididamente a favor dos Aliados. Não se tratava, porém, da primeira notícia no jornal sobre os conflitos na Europa que antecederam a ofensiva alemã. Em diversas ocasiões, os Boletins mencionam matéria já publicada pelo jornal, principalmente informes vindos diretamente da Europa.

Porém o engajamento não desviou Júlio Mesquita da preocupação em transmitir aos leitores a impressão de praticar jornalismo isento, honesto, responsável e comprometido com a verdade. Para isso, procurava diversas versões dos fatos, encomendava fotografias e publicava mapas das batalhas. Sua estratégia informativa era, porém, enviesada pela tomada de posição explícita a favor do campo dos Aliados, franceses e ingleses, que considerava representantes da democracia (CALDEIRA, 2002, p. 29).

Tanto que combinava, em seus Boletins, a apresentação descritiva dos fatos com a análise das fontes de informação do ponto de vista de sua credibilidade e opinava sobre as diversas versões, por vezes contraditórias. Os Boletins eram preparados com o material que chegava à redação durante a semana e apareciam às segundas-feiras, alcançando grande público na capital do Estado, onde a presença de alemães e especialmente italianos era significativa.

A diretriz geral que Júlio Mesquita imprimiu aos Boletins expressou seu posicionamento político, embora aparecesse como posicionamento do jornal, uma vez que os artigos não eram assinados. Apesar desta circunstância, não pairam dúvidas entre os analistas sobre sua autoria. Desde o início, assumiu a posição de culpar a Alemanha pelo desencadeamento do conflito, colocando-se assim decididamente no campo dos Aliados e compartilhando com franceses e ingleses as denúncias das intenções expansionistas da diplomacia alemã. Coerente com suas ligações culturais com a França, manteve-se na posição de aliadofilo, partilhando com a cultura de guerra dos franceses os temas do militarismo alemão, da derrota de 1870, e principalmente o recurso à História para comprovar suas teses e prever o futuro do conflito que o surpreendia por jogar por terra, desde o início, a convicção da capacidade de resistência dos franceses e dos ingleses, derrotados na guerra de fronteiras. Este é o limite de sua análise sobre as causas da guerra, que seguiram desde o início a versão corrente no campo político dos Aliados.

Estava em jogo a *kultur* alemã contra a civilização francesa, com ataques cruzados de mentiras ou no mínimo, ocultação da verdade pela censura (praticada pelos dois lados) e a necessidade de convencer os combatentes da justiça da causa pela qual lutavam, até pela

realização de inventários dos crimes de guerra cometidos pelo inimigo, com o intuito de provocar indignação nacional.

Este é o teor de seu primeiro Boletim que teve início com a seguinte expressão: “Dada a interrupção das linhas telegráficas de anteontem para ontem, o mais interessante acontecimento conhecido da atual guerra foi a dupla invasão da França e da Bélgica pelos alemães” (MESQUITA, 2002d, p. 55).

Ao assassinato de Franz Ferdinand, herdeiro do Império Austro-Húngaro, em 28 de junho de 1914, seguiu-se o período de cerca de um mês, em que foi tentada sem muito empenho uma solução diplomática para a questão. Porém, a declaração de guerra do Império Austro-Húngaro à Servia em 28 de julho, da Alemanha à Rússia em primeiro de agosto e à França em 3 de agosto, seguida da imediata invasão da Bélgica em 4 de agosto, foi assunto pouco explorado pelo jornal.

Ainda que os planos de mobilização, ataque e defesa fossem conhecidos pelo público informado, Júlio Mesquita afirmava nesse primeiro Boletim que “nenhuma das potências, hoje em luta formidável, estava preparada para que esta luta começasse tão cedo”. Publicava em favor de sua tese um resumo da sessão do Senado da França, ocorrida em 13 de julho, com a intenção de reforçar estupefação pelo rumo dos acontecimentos. Toda a política imperialista dos Habsburgo e suas relações com o império alemão foram apagadas deste e dos Boletins seguintes, que simplificaram ao extremo a análise dos motivos que levaram as nações europeias ao conflito.

No momento do início da guerra, o Brasil havia assumido posição de neutralidade, porém os imigrantes alemães e seus descendentes reagiram fortemente às posições pró-Aliados, utilizando um jornal do grupo – o *Diário Alemão* – para manifestar sua discordância em relação aos Boletins de Júlio Mesquita. Os desdobramentos desse confronto resultaram em diminuição de anúncios comerciais de alemães em *O Estado de S. Paulo*, em represália às suas opiniões. A queda vertiginosa do faturamento publicitário bem como as dificuldades com a aquisição de papel, em época em que a empresa necessitava amortizar investimentos, foram extremamente danosas para o jornal e atingiram níveis críticos em 1915. Em reação, o jornal moveu processo contra o *Diário Alemão* por calúnia, mas prosseguiu com a publicação dos artigos de Júlio Mesquita.

Vistos em sua estrutura, os Boletins constituíram crônicas destinadas a esclarecer os leitores, com base em abundante documentação telegráfica originária da Europa, dos Estados Unidos e da Ásia. Otimismo e pessimismo neles se alternavam, uma vez que não havia informações totalmente seguras e os telegramas eram muitas vezes contraditórios, como se pode perceber na própria estrutura dos artigos:

Estes boletins são redigidos [...] de acordo com os nossos telegramas, mas, para comentar ou simplesmente desenvolver as notícias que eles nos trazem, lemos, desde o começo da guerra, certo número de revistas e jornais europeus, que nos parecem de mais segura informação e crítica mais desapaixonada (MESQUITA, 2002h, p. 280).

O autor também não dominava assuntos militares, recorrendo muitas vezes à História (Napoleão, Guerra Franco-Prussiana de 1870), para dela retirar lições que pudessem valer para o presente: *História magistra vitae*. Os artigos são desiguais em extensão e profundidade, bem como em redação, acabamento e recursos argumentativos, beirando o impressionismo por vezes.

Os Boletins foram reunidos pela primeira vez em volume, logo após o término da guerra, e publicados em 1920, quando estavam previstos ainda outros dois ou três volumes para reunir todos os artigos restantes, mas este plano não se concretizou. Somente em 2002, haveria uma iniciativa bem sucedida, com prefácio do jornalista francês Gilles Lapouge, filho de um combatente da guerra, que justificou tal publicação com os argumentos seguintes: “As guerras não acabam. Pelo menos as sérias – e a de 1914-18 foi a mais séria de todas. A mais terrível”, pois, além das estarrecedoras perdas humanas e dos prejuízos materiais, ainda jazem bombas enterradas em solo francês. Sua avaliação do valor dos textos-memória é a de que

Júlio Mesquita, francófilo ardente, formado na cultura europeia, estava tão envolvido no drama de 1914 como qualquer habitante do Velho continente – mas o seu distanciamento permitia-lhe ver, à distância, coisas que nós, cara enterrada na cena e míopes como toupeiras, não enxergávamos (LAPOUGE, 2002, p. 15).

Segundo Lapouge, Mesquita escreveu como historiador por ter colocado a Primeira Guerra Mundial “na sequência de outras guerras da Humanidade, o que explica as referências a Napoleão, aos generais da Grécia ou da Roma antigas”. Seu discurso pró-França é devidamente valorizado pelo apresentador da coletânea, que nele se reconhece (LAPOUGE, 2002, p. 19).

Seria o caso de se procurar nestes Boletins informações corretas, confiáveis? Evidentemente, não, dizem todos os que avaliam hoje tais escritos, passadas mais de nove décadas do conflito. Faltavam informações seguras, os serviços telegráficos eram precários, havia censura sobre as informações que vinham do mundo em guerra. Júlio Mesquita tinha em conta essas limitações e as externava claramente.

Neles o recurso à História é decisivo para a compreensão do pensamento do autor sobre o conflito, desde o início considerado por ele digno de uma epopeia, “incomparável tema para os Homeros e Shakespeares do futuro” (MESQUITA, 2002k, p. 87). O maior de todos os temas do passado consiste na derrota da França em 1870, à qual atribuiu

importância decisiva: em manobras rápidas “uma semana depois que a mobilização alemã terminou, estava o exército prussiano em território francês, e praticamente derrotados os exércitos de Napoleão III” (MESQUITA, 2002b, p. 63).

O recurso às “lições da História” em diversos momentos dos tempos iniciais da guerra, aparece como meio para a previsão do futuro, em virtude da falta de informações seguras, precisas e atualizadas sobre as batalhas que se travavam na zona de guerra.

A vinculação da guerra de 1914-1918 aos paradigmas da guerra de 1870 não levava em conta a possibilidade de o envolvimento da França ser decorrente da perda da Alsácia-Lorena. Ao tomar 1870 como modelo, Júlio Mesquita construiu, da guerra de 1914, uma imagem em negativo da outra, anterior, que consagrou a supremacia militar alemã na Europa. Em sua interpretação, a guerra de 1870 não passou de “um simples e rápido passeio triunfal do Reno ao Sena” (MESQUITA, 2002g, p. 78) e os alemães de Moltke, uma vez chegados a Paris, acabaram recuando.

Assim, ao procurar explicar a guerra como reação defensiva contra os alemães e a Áustria, empenhada em política agressiva nos Bálcãs (Sérvia e Montenegro), estabeleceu o militarismo alemão como o grande culpado, numa interpretação que atribuiu à Alemanha a primazia nesta condução da política interna e externa desde a guerra franco-prussiana:

O kaiser, afirmava-se, era a mais sólida garantia de paz na Europa. Ele vivo, o kronprinz, o partido militar e o pangermanismo não levariam a sua bandeira avante, a Alemanha não se serviria do seu formidável armamento para resolver nenhuma questão. Esse armamento constituía apenas uma precaução, e, se o kaiser promovia constantemente seu aumento, era porque acreditava cegamente na verdade do conhecido aforismo: “se queres a paz, prepara a guerra”[...]. O kaiser entendia que só intimidando as outras nações podia garantir a paz na Europa. Bufava para que os outros recuassem, e, como na verdade os outros tinham sempre recuado, o sistema não parecia mau (MESQUITA, 2002e, p. 267).

Com essa interpretação, alinhou-se ao discurso dos franceses, que de longa data identificavam no alemão o inimigo nacional: “o invasor veio sempre do leste”, diziam. Ecoando o mote nas páginas de *O Estado de S. Paulo*, Júlio Mesquita expressou em seus artigos a clivagem que dividiu intelectuais brasileiros em campos apaixonadamente defendidos.

A entrada do Brasil no conflito contra os impérios centrais, liderados pela Alemanha, foi saudada por Júlio Mesquita como uma alternativa que se impunha, pois, o país “pelo espírito e pelo coração, nunca deixou de ser a França da América” (MESQUITA, 2002j, p. 855).

Seus Boletins contribuíram para a formação de opinião favorável à entrada do Brasil na Guerra, embora expressasse o desejo de que não houvesse necessidade de envio de

combatentes brasileiros à Europa. Para isso, valeu-se também da comparação com a situação da Argentina, igualmente em posição de neutralidade:

Nós estamos com Rui Barbosa: não nos achamos bem na posição indecisa e suspensa em que nos colocaram acontecimentos que não vimos, altas conveniências que não compreendemos. O que vimos e vemos é que, entre o Brasil e a Alemanha, não há paz: só compreenderíamos que entre as duas nações houvesse guerra. Da paz à guerra não se abre nenhum espaço: não existe nada aí, e tanto é certa essa inexistência que o Direito Internacional, em trezentos anos de lucubrações e cautelas para emergências sabidas, prováveis e possíveis, não viu nem previu a situação em que nos deixou a nossa diplomacia, ao recolher-se, para descansar, da fugaz atividade determinada pelo bárbaro e estúpido torpedeamento dos nossos navios mercantes. Nós estamos no ar, que na autorizada opinião de M. de la Palice não é aquele terreno sólido que as nações bem avisadas escolhem para defesa de seus interesses e de seus brios. Nós, por enquanto, até agora, ainda não somos nada no conflito quase universal em que quase todos os países, os grandes e os pequenos, os fortes e os fracos, a Alemanha e a Bulgária, a Áustria e o Montenegro, os Estados Unidos e Portugal, o Japão e a China alguma coisa são, alguma coisa quiseram e puderam ser. Mas não repousa nesta atitude indefinida e indefinível a nossa esperança de escapar ao tributo de sangue que está pagando, às funestas divindades das desarmonias humanas, a gente que, antes de nós e com decisão superior à nossa, se revoltou contra o militarismo prussiano (MESQUITA, 2002a, p. 722).

Lamentou a “hesitação brasileira” em vencer a Alemanha para esmagar o “orgulho alemão” e o pangermanismo. Prosseguiu, em 1917, a clamar pela entrada do Brasil no conflito, nos Boletins que batiam em brecha no que interpretava como omissão diante dos ataques de submarinos alemães a navios mercantes brasileiros:

Não nos revoltamos, porque é do sistema presidencial: o povo todo e os seus representantes a gritarem que sim, o presidente a teimar que não obedecida há de ser esta vontade única. Dentro da lei, mas absurdo. Nada temos com o que sucede entre as paredes de casa alheia. Passemos adiante, com pressa tanto maior e respeito tanto mais fácil quanto é incontestável que de nenhum modo se sacrificou a solidariedade de ideias e sentimentos [...]. Tornamos a proclamar que não nos conformamos com a ambiguidade, desconhecida do Direito Internacional, em que nosso governo nos colocou depois do torpedeamento dos nossos navios mercantes. E, se essa inexplicável indecisão nos repugna, imensamente mais repugnante se nos mostra a espécie de germanismo criminoso que dela resulta e é manifesta em diversos atos oficiais. Se o Brasil não declarou guerra à Alemanha, pelo menos, num assomo de brio de fôlego curto, cortou relações de paz que a ela o uniam. Os alemães, porém, nunca prosperaram tanto em nossa terra. Até seus navios, de que justamente nos apossamos, aí os estamos consertando e limpando para restituir-lhes depois, por bem ou por mal, com valor acrescido e, sem dúvida, com o contrapeso de uma gorda indenização (MESQUITA, 2002c, p. 725).

Ao término do conflito, seu último Boletim – *O armistício* – datado de 14 de outubro de 1918, celebrou o armistício anunciando não mais existirem razões para a continuidade da

publicação da coluna. Ali atribui a derrota do gigante alemão não à deserção da Bulgária, da Áustria e da Turquia, mas ao esgotamento de suas forças. Não seria por outra razão que o “indomável orgulho alemão” se renderia, se não pela ruína de seu país:

A lâmina da espada de Siegfried partiu-se no punho de um comando sem horizontes e o crepúsculo do longo período de refulgente prosperidade dos Hohenzollern é noite cerrada, povoada de pavores porque, para algumas raças de tiranos, há noites sem aurora (MESQUITA, 2002i, p. 881).

Ainda que próximo das teses dos jusqu'aboutistas, com clareza detectou que a derrota da Alemanha militar não significava a derrota da Alemanha política e temia, desde o fim do conflito, que se levantassem “*aspirações legítimas sem realização*”.

Seu estilo de reportagem informativa cedeu, por vezes – e o final da Guerra foi um desses momentos –, à expansão dramatizada e poética de inspiração wagneriana, que ambigualmente deixava transparecer a admiração de Júlio Mesquita pela inteligência, técnica, ciência, organização dos alemães e o pesar pelo militarismo que desviara a Alemanha de sua missão “luminosa”.

Mas ecoou também novos alinhamentos estratégicos, pois apesar da germanização do Exército brasileiro, expressa em regulamentos militares copiados da Alemanha e do forte enraizamento da cultura militar prussiana entre os seus oficiais, houve uma guinada, ainda durante a guerra, com o envio de duas missões militares de estudo à França, incumbidas de examinar os seus efeitos sobre a “arte da guerra”. Além de fazerem treinamentos, os oficiais brasileiros passaram algum tempo na linha de frente como em St. Quentin. O objetivo dessa missão consistia em prepará-los para o trabalho com a missão francesa que deveria vir ao Brasil logo que a guerra terminasse (Mc CANN, 2007, p. 242). Contra a já consagrada aliança militar Alemanha-Brasil, venceram os que ecoavam no terreno militar a francofilia, com a justificativa de maior afinidade entre os povos “latinos”.

A vitória dessa rotação expressou também interesses econômicos de industriais e políticos paulistas ligados à França. Em 1909, o financiamento da cafeicultura demandara a fundação de um Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo, com capital francês. A experiência com a Força Pública de São Paulo ecoava no território nacional as disputas entre as potências europeias e redefinia alinhamentos estratégicos. A ponta visível dessa política foi a nomeação, em 1919, de Alberto Cardoso de Aguiar para o cargo de ministro da guerra do presidente Rodrigues Alves, que na alternância da política oligárquica recolocava o Estado de São Paulo em proeminência. Sua nomeação foi feita com a intermediação do senador Álvaro de Carvalho, genro do presidente eleito Rodrigues Alves. O ministro da guerra era notoriamente francófilo e negociou um contrato com a missão militar francesa.

Antes mesmo de sua nomeação manifestara-se nessa direção dizendo: “França, valente França. Serás eternamente nossa sábia mestra” (Mc CANN, 2007, p, 258).

Recebido em 27/6/2013

Aprovado em 17/9/2013

FONTES:

O ESTADO DE S.PAULO. São Paulo, 1914.

O ESTADO DE S.PAULO. São Paulo, 1915.

O ESTADO DE S.PAULO. São Paulo, 1917.

O ESTADO DE S.PAULO. São Paulo, 1918.

REFERÊNCIAS

BIRNBAUM, Jean. A guerra da memória. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 abr. 2006. Caderno Mais, p.10.

CALDEIRA, Jorge. Julio Mesquita, fundador do jornalismo moderno no Brasil. In: MESQUITA, Julio. *A guerra (1914-1918)*. São Paulo: Terceiro Nome, 2002, p. 21-33. v.1.

FERRO, Marc. *História da Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*. Lisboa: Edições 70, 1992.

FURET, François. *Le passé d'une illusion*. Paris: Robert Laffont/Calman-Lévy, 1995.

GAY, Peter. *O cultivo do ódio – a experiência burguesa da rainha Vitória a Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAPOUGE, Gilles. Os boletins semanais de Júlio Mesquita. In: MESQUITA, Júlio. *A guerra (1914-1918)*. São Paulo: Terceiro Nome, 2002, p. 15-20. v. 1.

Mc CANN, Frank. *Soldados da Pátria*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MESQUITA, Júlio. A definição argentina. 24 de setembro de 1917. In: MESQUITA, Júlio. *A guerra (1914-1918)*. São Paulo: O Estado de S. Paulo: Editora Terceiro Nome, 2002a, p. 722-724. v. 4.

_____. A guerra de 1870. 10 de agosto de 1914. In: MESQUITA, Júlio. *A guerra (1914-1918)*. São Paulo: O Estado de S. Paulo: Editora Terceiro Nome, 2002b, p. 63. v.1.

_____. A hesitação brasileira. 1º de outubro de 1917. In: MESQUITA, Júlio. *A guerra (1914-1918)*. São Paulo: O Estado de S. Paulo: Editora Terceiro Nome, 2002c, p. 724-727. v. 4.

_____. A invasão da França e da Bélgica. 6 de agosto de 1914. In: MESQUITA, Júlio. *A guerra (1914-1918)*. São Paulo: O Estado de S. Paulo: Editora Terceiro Nome, 2002d, p. 55-62. v.1.

_____. As origens da guerra. 2 de agosto de 1915. In: MESQUITA, Júlio. *A guerra (1914-1918)*. São Paulo: O Estado de S. Paulo: Editora Terceiro Nome, 2002e, p. 266-274. v. 2.

_____. Duas palavras. Apresentação à edição de 1920. In: MESQUITA, Júlio. *A guerra (1914-1918)*. São Paulo: O Estado de S. Paulo: Editora Terceiro Nome, 2002f, p. 34-38. v.1.

_____. Ganhar tempo. 7 de outubro de 1914. In: MESQUITA, Júlio. *A guerra (1914-1918)*. São Paulo: O Estado de S. Paulo: Editora Terceiro Nome, 2002g, p. 71-80. v. 1.

_____. Nem vencidos, nem vencedores. 16 de agosto de 1915. In: MESQUITA, Júlio. *A guerra (1914-1918)*. São Paulo: O Estado de S. Paulo: Editora Terceiro Nome, 2002h, p. 280-285. v. 2.

_____. O armistício. 14 de outubro de 1918. In: MESQUITA, Júlio. *A guerra (1914-1918)*. São Paulo: O Estado de S. Paulo: Editora Terceiro Nome, 2002i, p. 881-893. v.4.

_____. O mundo entre duas concepções. 26 de agosto de 1918. In: MESQUITA, Júlio. *A guerra (1914-1918)*. São Paulo: O Estado de S. Paulo: Editora Terceiro Nome, 2002j, p. 854-856, v. 4.

_____. Sete dias e sete noites de sangue. 21 de setembro de 1914. In: MESQUITA, Júlio. *A guerra (1914-1918)*. São Paulo: O Estado de S. Paulo: Editora Terceiro Nome, 2002k, p. 85-89. v. 1.

ROMERO, Silvio. *O alemanismo no sul do Brasil; seus perigos e meios de os conjurar*. Rio de Janeiro: Typ. Heitor Ribeiro, 1906.